

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 103/2013-17 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 4 DE SETEMBRO DE 2017**

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Sandra Maria Sousa Nunes e Susana Cristina Dias Pereira, teve lugar a centésima terceira reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e treze - dois mil e dezassete.

Esta reunião estava agendada para o dia sete de setembro corrente, tendo sido antecipada para hoje por motivo de conveniência dos serviços, previamente comunicado a todos os membros do Executivo.

A antecipação da presente reunião, que é pública, foi também divulgada mediante edital, afixado nos lugares de estilo e publicitado no site do município.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número cento e dois da reunião desta Câmara Municipal de vinte e quatro de agosto findo, a qual foi aprovada por unanimidade, sem alterações. O Senhor Presidente da Câmara não participou na votação, em virtude de não ter estado presente naquela reunião.

De seguida, passou-se ao

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** solicitou a mudança de local dos contentores do lixo sitos em frente ao estabelecimento comercial da D. Floripes Melo, por estarem a ocupar um local de passagem dos peões.

De seguida, passou-se ao

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não havendo público para intervir, o **Senhor Presidente da Câmara**, deu início de imediato à discussão da seguinte

**ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** - Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca - proposta

**PONTO 2** - Informação sobre a situação económico-financeira do Município em 30.06.2017, que inclui o parecer do Revisor Oficial de Contas "BDO & Associados, SROC, Lda.", acompanhada do Balanço e da Demonstração de Resultados - al. d) do n.º 1 do art. 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09

**PONTO 3** - Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (organização e gestão de empresas),

destinado a candidatos com e sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído - proposta

**PONTO 4** - Transferência de verba destinada a material escolar para atividades complementares no âmbito de projetos educativos - Ano letivo de 2017/2018 - Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos - proposta

**PONTO 5** - Contrato de financiamento reembolsável até ao valor de € 303 748,40 - autorização prévia para a reprogramação do compromisso plurianual - proposta

**PONTO 6** - Abertura de concurso público para adjudicação da aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, por 3 anos (2018 a 2020) - autorização prévia para a assunção do compromisso plurianuais - proposta

**PONTO 7** - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 13.06.2017 a 30.08.2017

**PONTO 8** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 9** - FC Lusitanos de Samedan - pedido de apoio para a Grande Festa anual do Clube

**PONTO 1 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TAROUCA - PROPOSTA**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

**"REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TAROUCA**

**VERSÃO FINAL**

#### **PROPOSTA**

Na sequência da reunião plenária em Conferência Procedimental, ocorrida em 18 de abril de 2017 foi emitido Parecer Final da CCDRN ao processo de revisão do PDM de Tarouca, ao abrigo do artigo 85º do Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio.

Decorrido o período de discussão pública enquadrado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (artigo 89º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14.05), iniciado por aviso nº7445/2017, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 126 de 03.07.2017 e elaborado o "relatório de análise e ponderação das participações", a Câmara Municipal de Tarouca elaborou a "Versão Final" da revisão do PDM de Tarouca.

Assim, **PROPONHO** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, cujo teor consta dos documentos em anexo e se dá aqui por integralmente reproduzido (artigo 90º do citado diploma e alínea h) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09), para posterior publicação em Diário da República.

Paços do Município, 30.08.2017

O Presidente da Câmara,



Fl. 103  
*[Handwritten signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, na sua versão final, vem acompanhada dos seguintes documentos, nos termos do artigo 97º do Decreto-Lei nº80/2015, de 14.05, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido:

1.Elementos que constituem o Plano- Peças escritas - Volume 1: Regulamento

2.Elementos que constituem o Plano- Peças desenhadas:

Planta 1: Planta de ordenamento: 1.1. Classificação e qualificação do solo; 1.2. Estrutura ecológica municipal; 1.3. Áreas edificadas consolidadas; 1.4 Zonamento acústico e 1.5 Sistema patrimonial, todas à escala 1/25.000;

Planta 2: Planta de condicionantes: 2.1. Reserva Ecológica Nacional; 2.2. Reserva Agrícola Nacional; 2.3. Áreas percorridas por incêndio florestal; 2.4. Perigosidade de risco de incêndio- Alta e Muito Alta; 2.5. Regime florestal e 2.6. Outras, todas à escala 1/25.000.

3.Elementos que acompanham o Plano: Peças escritas:

Volume 2: Relatório de fundamentação das opções do plano (inclui plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira); Volume 3.1. Avaliação ambiental estratégica - Relatório ambiental; Volume 3.2. Avaliação ambiental estratégica - Resumo não técnico; Volume 4: Estudos sectoriais de caracterização; Volume 5: Relatório dos compromissos urbanísticos; Volume 6: Ficha de dados estatísticos; Volume 7: Relatório-Pareceres das entidades e Volume 8: Relatório de ponderação da discussão pública.

4. Elementos que acompanham o Plano- Peças desenhadas:

Planta (Pl.) 3 Planta de enquadramento regional; Pl. 4.1. Planta da situação existente; Pl. 4.2. Planta do uso atual do solo; Pl.5 Planta dos compromissos urbanísticos; Pl. 6 Planta da aptidão dos solos agrícolas; Pl. 7.1. Planta do suporte físico - Geologia e hidrografia; Pl. 7.2. Planta do suporte físico- Declives; Pl. 8 Planta dos valores naturais e paisagísticos; Pl.9. Planta dos elementos patrimoniais; Pl.10 Planta de equipamentos de utilização coletiva; Pl.11 Planta da rede viária; Pl.12. Planta das atividades económicas; Pl.13. Planta de infraestruturas; Pl.14 Planta da defesa da floresta contra incêndios; e Pl.15 Planta da rede de transportes coletivos e escolares, todas à escala 1/25.000.

Verificou-se que do suprarreferido Volume 7 constam o parecer final, a ata da comissão consultiva e os demais pareceres emitidos. Não houve constam os resultados da concertação por não ter havido lugar à sua realização, na sequência dos pareceres emitidos pelas entidades consultadas.

Verificou-se que o período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, iniciado

por aviso nº7445/2017, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 126 de 03.07.2017, decorreu entre o dia onze de julho e o dia dez de agosto do corrente ano.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Começo por dar os parabéns à equipa que elaborou a revisão do Plano Diretor Municipal, pelo trabalho apresentado, bem como ao técnico da Autarquia que desde o início acompanhou este processo.

Tenho a certeza que tanto a equipa, como o nosso técnico, tudo fizeram para que este documento vá ao encontro daquilo que é a vontade de todos: reforço da coesão social; preservação e proteção dos valores naturais e ambientais; proteção do nosso património religioso e cultural; proteção dos centros históricos; reabilitação urbana; atrativo para o investimento e capaz de gerar emprego, Tudo isto foi levado em conta.

Relativamente ao período de discussão pública, este Executivo aceitou todas as propostas e considerou-as em espaço urbano. Não foi rejeitada nenhuma proposta, ressalvadas aquelas que dependiam de decisão da Reserva Agrícola Nacional, e, nesse âmbito, houve situações que não puderam ser consideradas, apesar da fundamentação apresentada."

**O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou quanto custou a revisão do PDM.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que custou cerca de setenta e cinco mil euros e que a respetiva contratação foi feita pelo anterior Executivo, à qual deram andamento.

Discutido o assunto, foi deliberado por maioria de quatro votos a favor e um voto contra do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias:

1- Aprovar a presente proposta;

2- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, cujo teor consta dos documentos em anexo e se dá aqui por integralmente reproduzido (artigo 90º do citado diploma e alínea h) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09), para posterior publicação em Diário da República.

**O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** ditou para a ata a seguinte declaração de voto:

"Subscrevi uma lista de sugestões que foi entregue e recebida.

Não concordei nunca com a forma como o processo de revisão do PDM de Tarouca terminou, de forma apressada, com um período de divulgação e de abertura ao público muito curto, embora dentro da legalidade.

Não foi divulgado suficientemente. Deveria ter sido mais participado e levado às pessoas, o que não aconteceu.

Não teve a participação por parte de nenhum parceiro local nem por parte dos representantes da economia social.





Fl. 104  
*[Handwritten signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

Julgo também que, mesmo em termos internos, não houve partilha de informação no decorrer do processo a não ser no final, com a apresentação desta "pilha" de documentos que são complexos e muito técnicos.

Em relação à proposta, o que me pareceu foi que, no global, não prepara o Concelho para o futuro. Não prevê todas as áreas de intervenção municipal e não define uma estratégia que seja mais arrojada.

Se há aqui alguma alteração tem a ver com a classificação do solo (urbano e não urbano), porque, no fundo, em termos de estratégia para o concelho pouco trás de novo, o que lamento.

Por isso, voto contra a presente proposta."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, o Senhor Presidente da Câmara retirou-se da reunião, por motivo de serviço em representação do Município, passando a presidir o Senhor Vice-Presidente.

**PONTO 2 -INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO EM 30.06.2017, QUE INCLUI O PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.", ACOMPANHADA DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - AL.D) DO N° 1 DO ART. 77° DA LEI N° 73/2013, DE 03.09**

Presente o relatório de auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em trinta de junho último, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", em cumprimento do disposto na alínea d) do nº2 do artigo 77° da Lei nº 73/2013, de 03.09, acompanhado do balanço e demonstração de resultados do período.

Verificou-se que o balanço apresenta o montante ativo líquido igual ao do passivo no montante de € 32 110 687,12 (trinta e dois milhões e cento e dez mil e seiscentos e oitenta e sete euros e doze cêntimos) e que a demonstração de resultados apresenta um resultado líquido exercício negativo, de - € 29 623,52 (vinte e nove mil e seiscentos e vinte e três euros e cinquenta e dois cêntimos)

O Senhor Vice-Presidente explicou que neste primeiro semestre o Município apresenta uma situação bastante melhor em relação ao ano anterior, uma vez que no mesmo período o resultado líquido do exercício foi de - € 287 621,24.

Referiu as principais conclusões do parecer do Revisor Oficial de Contas:

- a) A questão do património;
- b) Os fundos comunitários;
- c) A dívida à Águas do Norte, SA;
- d) O excesso da dívida (abaixo de um milhão de euros), que há quatro anos atrás era superior a quatro milhões.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias reforçou a sua preocupação com o valor da dívida do Município à Águas do Norte, SA, que tem vindo a aumentar, não estando devidamente

salvaguardada para o futuro, se se verificar uma decisão judicial desfavorável. Se tal acontecer, o Município registrará um acréscimo da dívida que não está salvaguardada. Disse ainda, quanto à dívida global, que no relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) referente a trinta de junho de dois mil e dezasseis, o Município apresentava uma dívida de treze milhões e setecentos mil euros. Em junho do corrente ano, regista cerca de doze milhões e setecentos mil euros, ou seja, apenas menos um milhão de euros, sem contar com a dívida não reconhecida.

Salientou que, neste mesmo ponto, há quatro anos atrás, o ROC dizia treze milhões e setecentos mil euros, o que quer dizer que, nestes quatro anos, a dívida registou uma redução de um milhão de euros.

O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** disse que não é assim, pois de acordo com a ficha do Município na DGAL, que irá enviar ao Senhor Vereador, a dívida do Município em trinta de setembro de dois mil e treze era superior a catorze milhões de euros, não incluindo a dívida às Águas do Norte, SA e a dívida ao empreiteiro que construiu o auditório municipal e que no balanço, relativamente aquele período regista-se, atualmente, uma redução de cerca três milhões de euros.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse que se o que disse estiver errado deve verificar-se com os auditores, porque está a partir dos dados que os mesmos relataram nas respetivas informações semestrais.

Disse ainda que está a falar das contas do Município numa base de confiança pessoal sobre dados que estão no papel.

O **Senhor Vice-Presidente** esclareceu que o montante da dívida à Águas do Norte, SA irá registar uma diminuição, porque aquela sociedade perdeu um processo judicial sobre os consumos mínimos, que, de acordo com a informação do mandatário da Autarquia, tudo leva a crer que terá decisão definitiva totalmente favorável ao Município.

Esclareceu ainda, em relação aos demais processos judiciais pendentes, que também se acredita que virão a ter decisão favorável ao Município. Contudo, se assim não for, aumentará a dívida, mas a Lei do Orçamento do Estado tem previsto, anualmente, a possibilidade de celebração de acordos de pagamento até quarenta anos, ou seja, influencia o indicador, mas não trará grandes problemas de tesouraria.

Informou também que no final do terceiro trimestre de 2013, as contas do Município registavam €14.516.391, a que acrescia €560 000,00 de dívida não reconhecida à ATMAD (atual Águas do Norte) e € 150 000 de dívida ao empreiteiro "Artur de Oliveira Rocha & Filhos, Lda.", referente às cadeiras do Auditório Municipal, objeto de processo judicial que o Município perdeu.

Concluiu dizendo que, atualmente, toda a dívida da "Águas do Norte, SA" de 2013 para a frente está reconhecida.



Fl. 105  
*[Handwritten signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que então alguma coisa está mal no relatório dos revisores oficiais de contas, pois, de acordo com o mesmo, foi pago um milhão de euros de dívida nestes quatros anos, o que corresponde a cerca de € 250.000 por ano.

O Senhor Vice-Presidente explicou que no primeiro ano deste mandato (2014), o atual Executivo pagou um milhão e trezentos mil euros da dívida, conforme se pode verificar na ficha do Município elaborada pela Direção-Geral das Autarquias Locais. Salientou que esta ficha não é elaborada pela Câmara Municipal, que apenas envia os ficheiros. O apuramento da dívida é efetuado pelo Governo.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente relatório, bem como o balanço e a demonstração de resultados referentes ao período de 01.01.2017 a 30.06.2017 e remeter estes documentos à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na citada alínea d) do n° 2 do artigo 77° da Lei n°73/2013, de 03.09.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO 3 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS), DESTINADO A CANDIDATOS COM E SEM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDO - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

#### **"ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS), DESTINADO A CANDIDATOS COM E SEM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDO**

##### **PROPOSTA**

No mapa de pessoal desta Município, para 2017, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão 10.12.2016, está previsto e não ocupado o seguinte posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

- 1 Técnico Superior (Organização e Gestão de Empresas) - Unidade orgânica: Divisão Administrativa e Financeira.
- O referido posto de trabalho é necessário à execução de atividades permanentes do respetivo serviço, na área financeira, nomeadamente, aplicação de normas e procedimentos fiscais, aplicação do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), elaboração de estudos económico-financeiros de suporte a projetos municipais; elaboração de informação para apoiar o controlo da atividade financeira e outras funções de estudo e conceção no âmbito da contabilidade autárquica. Considerando que estão reunidos os requisitos legalmente fixados, conforme informação da Chefe de Divisão

Administrativa e Financeira, para a abertura do procedimento concursal, tendo em vista o preenchimento deste posto de trabalho.

Considerando ainda a urgência no preenchimento deste posto de trabalho, pois inexistem outros técnicos superiores qualificados e disponíveis para assegurar a execução das referidas funções, que são indispensáveis ao normal funcionamento da entidade,

**Proponho** a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista no n° 1 do artigo 9° e para efeitos da alínea a) do n°2 do artigo 5° do Decreto-Lei n° 209/2009, de 3.09 e ainda nos termos dos n°s 1, 2 e 5 do artigo 30° da Lei Geral do Trabalho em Funções Pública, aprovada pela Lei n° 35/2014, de 20.06, promover o recrutamento de 1 trabalhador(a) para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, com licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, previsto e não ocupado no mapa de pessoal deste Município, através da abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a que, devido às mencionadas circunstâncias excecionais, podem concorrer candidatos com e sem vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído.

Paços do Município, 30 de agosto de 2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada de uma informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de trinta de agosto findo, sobre a verificação do cumprimento dos requisitos legais necessários à abertura do procedimento concursal, de cujo teor foi tomado conhecimento.

**O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse que não percebe qual o fundamento para a Câmara Municipal deliberar abrir um concurso para o preenchimento de uma vaga de técnico superior de Organização e Gestão de Empresas, tendo em conta o período eleitoral que está a decorrer.

Considera que, quando o Executivo manifesta, reiteradamente, a sua preocupação com a dívida do Município, este é um encargo desnecessário, até porque tem técnicos qualificados e suficientes, estando por a abrir um precedente que não faz sentido.

Com fundamento no exposto declarou votar contra a presente proposta.

Discutido o assunto, foi deliberado por maioria de dois votos a favor, um voto contra do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias e uma abstenção da Senhora Vereadora Sandra Maria Sousa Nunes, aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, promover o recrutamento de um trabalhador(a) para ocupação de um posto de trabalho da



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

carreira e categoria de Técnico Superior, com licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, previsto e não ocupado no mapa de pessoal deste Município, através da abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a que, devido às mencionadas circunstâncias excecionais, podem concorrer candidatos com e sem vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído.

**PONTO 4 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA DESTINADA A MATERIAL ESCOLAR PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS - ANO LETIVO DE 2017/2018 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"TRANSFERÊNCIA DE VERBA DESTINADA A MATERIAL ESCOLAR PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS ANO LETIVO DE 2017/2018**

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS PROPOSTA**

Considerando que é essencial do ponto de vista pedagógico e do interesse das famílias manter a atribuição ao Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos de uma verba destinada a material de desgaste rápido, para ser utilizado pelas crianças e alunos em atividades complementares no âmbito de projetos educativos a desenvolver por aquele Agrupamento, uma vez que se traduz num importante contributo para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças e alunos: proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência que lhe confere a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, transferir para o Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos a importância de 10,00 €/aluno, o que perfaz o montante total de €3.240,00 (três mil e duzentos e quarenta euros) (324 alunos (1.º ciclo-223 e pré-escolar 101x€10), a pagar em quatro prestações de igual valor, destinada à aquisição de material de desgaste rápido utilizado nas atividades escolares do ano letivo 2017/2018.

Paços do Município, 30 de agosto de 2017.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, transferir para o Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos a importância de 10,00 €/aluno (dez euros por aluno), o que perfaz o montante total de €3.240,00 (três mil e duzentos e quarenta euros) (324 alunos (1.º ciclo-223 e pré-escolar 101x€10), a pagar em quatro prestações de igual valor, destinada à aquisição de material de desgaste rápido utilizado nas atividades escolares do ano letivo 2017/2018. (alínea hh) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12.09)

**PONTO 5 - CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL ATÉ AO VALOR DE € 303 748,40 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A REPROGRAMAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL ATÉ AO VALOR DE € 303 748,40**

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A REPROGRAMAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - ALTERAÇÃO DO PLANO DE PAGAMENTOS - DECORRENTE DA NOTIFICAÇÃO DE REEMBOLSO EXTRAORDINÁRIO**

**PROPOSTA**

Em 27.06.2016, este Município foi notificado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (Agência) de que tinham sido alteradas as condições do financiamento reembolsável QREN-EQ e de que, nos termos do disposto na Cláusula 17ª do contrato celebrado em 30.12.2011, o montante do empréstimo inicialmente de € 303 748, 40 passaria a ser de € 104 559,02, daqui resultando um reembolso extraordinário de € 199 189,38.

Este contrato, destinado ao financiamento parcial da Operação com o código NORTE-04-0241-feder-000670, designada por "Regeneração e revitalização do núcleo urbano da cidade de Tarouca", foi inicialmente celebrado com o Estado, através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, entretanto extinto, tendo-lhe sucedido nas suas atribuições e competências a referida Agência.

Em face dos constrangimentos financeiros decorrentes do pagamento em uma única prestação deste reembolso extraordinário, foi solicitado à Agência o respetivo pagamento em 3 prestações semestrais, de igual valor, o que foi agora aceite, vencendo-se a primeira no mês de outubro próximo e as duas seguintes em abril e outubro de 2018.

Inicialmente o valor do encargo previsto para 2018 era de € 49 939,86.

De acordo com o disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02, a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.

Assim, **PROPONHO** a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal a autorização prévia**, prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02, para reprogramar o compromisso plurianual inerente ao contrato de financiamento reembolsável QREN-EQ, celebrado em 30.12.2011 com o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P, nos seguintes termos:

Ano 2017: **66 396,93 €**

Ano 2018: **132 793,86 €**

**TOTAL: 199 189,38 €**

Paços do Município, 30 de agosto de 2017

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que esta não é a melhor notícia que gostaria de aqui trazer.

Explicou que esta proposta diz respeito ao reembolso extraordinário que o Município deve devolver à Agência de Coesão e Desenvolvimento, no montante de cerca de € 200 000, por ter sido indevidamente recebido no anterior mandato.

Informou que a Agência pretendia o reembolso numa única tranche; foi apresentada uma contraproposta no sentido de ser mantido o plano de pagamentos em vigor, que foi rejeitada e, posteriormente, foi proposto o pagamento em três prestações de igual valor, que viria a ser aceite.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal a autorização prévia, prevista na alínea c) do n° 1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21.02, para reprogramar o compromisso plurianual inerente ao contrato de financiamento reembolsável QREN-EQ, celebrado em 30.12.2011 com o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P, nos seguintes termos:

Ano 2017: 66 396,93 €

Ano 2018: 132 793,86 €

TOTAL: 199 189,38 €

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 6 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA E DE LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE TAROUCA, POR 3 ANOS (2018 A 2020) - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAIS -PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA E DE LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE TAROUCA, POR 3 ANOS**

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAIS**

**PROPOSTA**

No início do ano 2018 terminará o contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, sendo necessário proceder à abertura do concurso público, prévio à celebração do novo contrato para o próximo triénio, ainda em 2017.

De acordo com o disposto na alínea c) do n°1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21.02, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.

Assim, **PROPONHO** a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia**, prevista na alínea c) do n° 1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21.02, para assunção do seguinte compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, por 3 anos, cujo preço base será de € 430 020:

| Ano  | Meses        | Valor anual        |
|------|--------------|--------------------|
| 2018 | 11 meses     | 131.395,00€        |
| 2019 | 12 meses     | 143.340,00€        |
| 2020 | 12 meses     | 143.340,00€        |
| 2021 | 1 mês        | 11.945,00€         |
|      | <b>Total</b> | <b>430.020,00€</b> |

Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor. Paços do Município, 29 de agosto de 2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**O Senhor Vice-Presidente** explicou que está a terminar o contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos e, por isso, é necessário lançar o concurso para um período de 36 meses. Relativamente ao anterior procedimento, está a ser considerado um aumento de dez mil euros porque existe um conjunto de novas exigências: reforço da limpeza, da recolha de lixo e da lavagem dos contentores.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal a autorização prévia, prevista na alínea c) do n° 1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21.02, para assunção do seguinte compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, por 3 anos, cujo preço base será de € 430 020:

| Ano  | Meses    | Valor anual |
|------|----------|-------------|
| 2018 | 11 meses | 131.395,00€ |





Fl. 108  
*[Signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

|      |              |                    |
|------|--------------|--------------------|
| 2019 | 12 meses     | 143.340,00€        |
| 2020 | 12 meses     | 143.340,00€        |
| 2021 | 1 mês        | 11.945,00€         |
|      | <b>Total</b> | <b>430.020,00€</b> |

Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 7 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 13.06.2017 A 30.08.2017**

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO**

**INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 13.06.2017 a 30.08.2017**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017, junto se anexa a respetiva lista, até 30.08.2017, cujos valores são os seguintes:

| Período de 2017.06.13 a 2017.08.30 |                     |                                  |
|------------------------------------|---------------------|----------------------------------|
| Ano                                | Valor do Período    | Valor Acumulado desde 2017.01.02 |
| 2018                               | 132 167,21 €        | 754 445,93 €                     |
| 2019                               | 55 327,85 €         | 299 116,77 €                     |
| 2020                               | 12 394,86 €         | 258 872,32 €                     |
| 2021                               | - €                 | 255 070,45 €                     |
|                                    | <b>199 889,92 €</b> | <b>1 567 505,47 €</b>            |

Paços do Município, 30.08.2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 8 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número cento e sessenta e sete de um de setembro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 14.206,44 (catorze mil e duzentos e seis euros e quarenta e quatro cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 260.134,65 (duzentos e sessenta mil e cento e trinta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

**PONTO 9 - FC LUSITANOS DE SAMEDAN - PEDIDO DE APOIO PARA A GRANDE FESTA ANUAL DO CLUBE**

Presente um ofício datado de quatro de junho último remetido pela associação FC Lusitanos de Samedan, solicitando o apoio deste Município para a realização da grande festa anual do Clube, que se realizará no dia nove de setembro corrente, em Samedan.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir ao FC Lusitanos de Samedan um subsídio no valor de € 1.000,00 (mil euros), para o efeito solicitado, por se tratar de um evento de interesse municipal, uma vez que participa no mesmo a comunidade emigrante oriunda do concelho de Tarouca (alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09).

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, Luís Maria da Sousa Teixeira Gomes, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

